

Senado terá que votar MPs para liberar pauta

Medidas provisórias e projetos que tratam da redução do IPI sobre produtos de informática, da abertura de crédito para órgãos governamentais e da liberação de créditos complementares em parcela única para pessoas com mais de 60 anos devem ser analisados antes dos destaques à reforma do Judiciário



Célio Azevedo

PAUTA Além da reforma do Judiciário, senadores devem analisar, ainda este mês, as propostas do Executivo para as parcerias público-privadas e a Lei de Biossegurança

Antes de começar a analisar as propostas consideradas prioritárias, como a reforma do Judiciário, os senadores devem votar, na sessão deliberativa marcada para o dia 10, medidas provisórias (MPs) e projetos de

lei que trancam a pauta da Casa. Uma das propostas é a que prorroga até 2019 a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedida às empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e

automação. Outras medidas provisórias tratam da abertura de crédito extraordinário para diversos órgãos governamentais e do pagamento de diferenças do FGTS para pessoas com mais de 60 anos.

Página 3



Cidadania traz dicas sobre doenças sexualmente transmissíveis

Estimativas do Ministério da Saúde indicam 10 milhões e 100 mil novos casos de DSTs por ano. As doenças mais frequentes e o número aproximado de novos casos por ano:

Tricomoníase	4,3 milhões
Clamídia	2 milhões
Gonorréia	1,5 milhão
Sífilis	1 milhão
HPV	700 mil
Herpes genital	650 mil

Apenas Aids e sífilis congênita são de notificação compulsória.

Fonte: Fábio Moherdau, médico epidemiologista do Programa Nacional de DST e Aids.

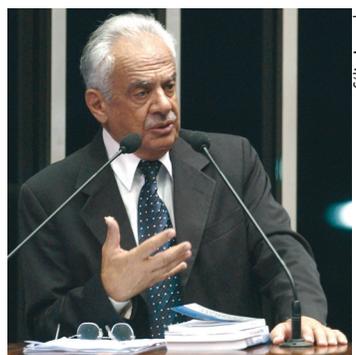
Maguito quer mudar lei para ampliar garantia a clubes de futebol

O senador Maguito Vilela pretende ouvir clubes e federações para apresentar projeto de lei que mude os critérios de transferência de jogadores para o exterior. O objetivo é dar mais garantias aos clubes que formam jovens atletas. "Os clubes ficaram realmente muito vulneráveis com a nova legislação", afirma.

Página 2

Projeto combate dinheiro ilegal

Página 2



Célio Azavedo

PROTEÇÃO Simon diz que proposta vai dar instrumentos para o governo poder reaver seus bens

Simon defende fim de sigilo em casos de corrupção

Encontra-se com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), para elaboração de parecer, projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que trata da celebração de tratados internacionais visando à supressão do sigilo bancário nos casos de lesão do patrimônio público. A matéria, atualmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), também tramitará na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– Parcela substancial dos recursos evadidos do país é resultado da contravenção, do contrabando, do tráfico de drogas e do desvio de dinheiro público praticado por administradores corruptos. O que se pretende é instrumentalizar o governo para, uma vez apurada a forma ilegal de aquisição de tais haveres, obter sua restituição – explica Simon.

O senador lembra que o Brasil deverá oferecer reciprocidade nesses tratados e acredita que a assinatura dos acordos inibirá a atuação de corruptos e corruptores.

Maguito quer mudar lei para dar mais garantias a clubes de futebol

■ Senador vai propor projeto para mudar critérios de transferência de jogador de futebol

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), relator da Lei 9.981/00, que modificou a Lei Pelé, afirmou que quer ouvir as propostas de clubes e federações para apresentar projeto que mude os critérios de transferência de jogadores para o exterior e dê maiores garantias aos clubes.

– Os clubes ficaram muito vulneráveis com a nova legislação, não só porque atravessam



Waldemir Rodrigues

PREJUÍZO Maguito afirma que empresários europeus prejudicam o Campeonato Brasileiro

situação financeira difícil mas, também, porque não podem competir com aqueles que operam com euro ou dólar, moedas

muito mais fortes – ressaltou o senador.

A chamada Lei Maguito, de 14 de julho de 2000, substituiu a Lei Pelé, que por sua vez substituiu a Lei Zico, e acabou com o chamado passe, instrumento pelo qual o clube era proprietário do jogador. O atleta profissional de futebol só podia se transferir para outro clube, do Brasil ou do exterior, se fosse comprado por um valor estipulado pelo clube proprietário. A legislação em vigor acaba com o instrumento do passe, fixando apenas a necessidade de um contrato de trabalho entre o jogador e o clube. Findo o contrato, o jogador está livre.

A atual legislação também

não permite que um clube de futebol seja comprado por empresa ou por investidor privado. No Brasil, um clube pode vender no máximo 49% das ações de seu departamento de futebol a investidor.

Maguito acha que alguma proteção aos clubes tem que ser garantida pela legislação brasileira.

– O que temos visto é uma ação predatória de empresários e clubes europeus sobre os clubes brasileiros em pleno Campeonato Brasileiro – frisou.

O senador Maguito Vilela deve ser o relator no Senado do Estatuto do Atleta, que está em discussão na Câmara dos Deputados.

Agenda

Senado retoma os trabalhos

Os senadores realizam hoje, a partir das 14h30, a primeira sessão depois do recesso parlamentar. De caráter não deliberativo, é destinada aos discursos dos parlamentares e aos comunicados da Mesa diretora. O primeiro orador inscrito para discursar na tribuna é o senador Marco Maciel (PFL-PE).

Conselho debate Lei do Cabo

O Conselho de Comunicação Social reúne-se hoje às 14h para votar o relatório que trata da regulamentação de um artigo da Lei do Cabo. O texto prevê que o Executivo deve

adotar medidas para assegurar que a TV a cabo seja oferecida a toda a população. A comissão vai analisar ainda relatório das comissões que compõem o colegiado.



Cartões de crédito

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se nesta quarta-feira, às 10h. O primeiro item é o requerimento solicitando que a Casa Civil da Presidência informe o Senado sobre o uso de cartões de crédito corporativos para fins pessoais.

TV Senado

O programa *Cidadania* de hoje, da TV Senado, discute a saúde bucal no país. Os convidados são o coordenador de saúde bucal do Ministério da Saúde, Gilberto Pucca, e o presidente da Associação Brasileira de Odontologia, Norberto Luciano.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Geraldo Magela

ALTERAÇÃO Basta comprovar idade ou deficiência física perante autoridade judicial, destaca Cabral

Cabral pede prioridade para idosos na Justiça

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) quer que pessoas com idade igual ou superior a 60 anos ou portadoras de deficiência física tenham prioridade em procedimentos judiciais. Para isso, apresentou projeto de lei (PLS 89/04) que altera o Código de Processo Civil, de forma a adequar a lei ao recém promulgado Estatuto do Idoso. A matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pelo projeto de Sérgio Cabral, o interessado deverá fazer a requisição à autoridade judicial competente, comprovando a idade ou a deficiência física. Somente a partir de despacho favorável é que o processo do solicitante será considerado prioritário nos atos e diligências necessários.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



TAREFA Projeto de Augusto Botelho atribuído ao Ministério da Defesa análise de planos de conservação

Augusto quer disciplinar ação ambiental das Forças Armadas

Para regulamentar as atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação de todo o país, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) apresentou projeto de lei complementar (162/04) prevendo a implantação de programas de controle, ocupação e preservação das áreas de proteção ambiental, em especial as localizadas nas regiões de fronteira.

Pelo projeto, o Ministério da Defesa participará da elaboração, análise e atualizações do plano de manejo das unidades de conservação localizadas na faixa de fronteira. Esses programas serão submetidos ao Conselho de Defesa Nacional, para anuência prévia.

A proposta prevê que as Forças Armadas e a Polícia Federal deverão instalar e manter unidades militares e policiais, com equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima. As unidades deverão preservar as vias de acesso e demais medidas de infra-estrutura e logística necessárias à manutenção da segurança e integridade do território nacional.

Augusto Botelho afirma, na justificativa da proposta, "não haver dissonância em relação à finalidade constitucional de proteger o meio ambiente pelo fato de o projeto de lei complementar prever motivos e premissas diferenciadas de proteção".

Depois que for examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto será submetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), antes de seguir para o Plenário.

Senado precisa liberar a pauta para votar reforma do Judiciário

■ Além de duas MPs, aguardam deliberação dos senadores projetos que tramitam em regime de urgência

Na primeira sessão deliberativa do semestre, marcada para o dia 10 de agosto, os senadores devem votar medidas provisórias (MPs) e projetos de lei que estão trancando a pauta antes de começar a deliberar sobre propostas consideradas prioritárias, como a reforma do Poder Judiciário, o projeto que institui as parcerias público-privadas (PPPs) e a Lei da Biossegurança.

Entre as matérias em regime de urgência está o projeto de lei que prorroga até 2019 a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) concedida às empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação (PLC 32/04). Essa proposta estipula que as alíquotas de descontos deverão ser reduzidas gradativamente, conforme o ano e o produto a ser comercializado. As reduções vão de 95% a 20% no período inicial e chegam a 23% nos últimos anos, privilegiando empresas instaladas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O projeto também detalha a aplicação da parcela de 5% do faturamento bruto das empresas da Zona Franca de Manaus que produzem bens e serviços de informática, a ser investida em pesquisa e desenvolvimento.

Uma das quatro emendas aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) abre a possibilidade de compra de equipamentos via pregão, modalidade de licitação que surgiu depois da Lei da Informática, de 1991. Já na Comissão de Educação foram acolhidas três emendas. Uma delas inclui telefones sem fio entre os produtos beneficiados pelas isenções, dispensando as empresas de investir em pesquisa. A matéria, que adapta a legislação do IPI ao que determina a Emenda Constitucional 42, depende ainda de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Por estar em regime de urgência constitucional, o PLC passou a trancar a pauta do Senado.

Melhoria dos portos

A primeira MP da ordem do dia (184/04) abre crédito extraordinário de R\$ 100 milhões ao setor portuário. Para o Ministério da Justiça, são R\$ 39,5 milhões destinados à instalação e aquisição de equipamentos, lanchas e armamentos para os

Núcleos Especiais de Polícia Marítima nos portos. Já o Ministério dos Transportes terá R\$ 57,27 milhões para instalação de câmeras e computadores e a construção de muros, guaritas, cercas e portões nos portos. O restante (R\$ 3,22 milhões) será usado pelo Ministério da Defesa na adaptação de equipamentos de comunicações do Comando de Operações Navais, interligando-o aos Centros de Coordenação de Busca e Salvamento e ao Gabinete Institucional da Presidência da República e à Polícia Federal.

A outra MP (185/04) estende aos idosos com mais de 60 anos que assinaram o termo de adesão às regras da Lei Complementar 110/01, em parcela única, a correção monetária do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) referente aos planos Collor I e Verão. A lei estabeleceu as condições para o recebimento da dívida, definindo reduções nos valores e prazos de pagamento.

Os senadores devem votar ainda, em regime de urgência, o projeto de lei da Câmara (PLC 3/02) que estabelece a obrigatoriedade de as unidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) oferecerem atendimento odontológico à população, de acordo com o

substitutivo apresentado pelo relator, senador Edison Lobão (PFL-MA). O texto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) amplia o rol de ações preventivas e assistenciais em saúde a serem ofertadas pela rede pública ou conveniada ao SUS por meio de alteração na Lei Orgânica da Saúde.

O substitutivo obriga o SUS a prestar assistência à saúde em geral, sem particularizar a oferta de serviços odontológicos, já que as ações assistenciais e as atividades preventivas oferecidas pela rede pública são executadas por todas as profissões de saúde reconhecidas.

Linguagem inclusiva

Também está na pauta do Senado o projeto que torna obrigatório o uso da linguagem inclusiva na legislação e em documentos oficiais (PLC 102/02). Segundo a relatora na CCJ, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), por dar tratamento igualitário entre mulheres e homens, essa linguagem respeita as diferenças de gênero e é uma das formas de combater a discriminação contra a mulher. Substitutivo apresentado por Serys torna obrigatória a referência no feminino todas as vezes em que o substantivo masculino estiver sendo empregado para designar ambos os sexos.

PEC agiliza matérias no Congresso

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania começa nesta quarta-feira, às 10h, suas atividades do segundo semestre. Entre os 40 itens da pauta da comissão, há projetos considerados polêmicos como a proposta de emenda constitucional (PEC 78/03) que prevê a paralisação das votações na Casa revisora (Câmara ou Senado) caso não sejam examinados até o fim da legislatura projetos recebidos e já aprovados na Casa de origem. A proposta também determina a suspensão das votações, na mesma situação anterior, até que ocorra a análise de projetos que estejam há mais de 540 dias em uma comissão da Casa revisora.

O projeto, de autoria do senador Valmir Amaral (PMDB-DF), recebeu parecer favorável do senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Mas a senadora

Serys Slhessarenko (PT-MT) apresentou voto em separado contrário à matéria. Atualmente, é comum propostas serem aprovadas, por exemplo, no Senado e aguardarem muitos anos pelo exame da Câmara dos Deputados.

Outra PEC (42/03) que aguarda decisão da CCJ é a que muda os limites máximos de idade para nomeação de magistrados e ministros dos tribunais e altera a idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos. Os ministros passarão a ser escolhidos, caso aprovada a PEC, entre pessoas com idades que variem entre 35 e 70 anos e a aposentadoria compulsória passaria dos atuais 70 para 75 anos. A proposta, que obteve parecer favorável do senador José Jorge (PFL-PE), é de iniciativa de Pedro Simon (PMDB-RS). Simon explica que a alteração é necessária em virtude do

aumento da expectativa de vida da população.

Dois requerimentos a serem votados pela CCJ solicitam informações sobre atos do governo. O senador José Jorge quer que o ministro da Casa Civil, José Dirceu, apresente dados referentes ao uso de cartões de crédito corporativos por servidores da Presidência da República para pagamento de despesas de trabalho. A imprensa publicou denúncias de irregularidades e excessos nesses gastos.

O relator dessa solicitação, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), pediu que José Jorge informe o período em que deseja as informações sobre os gastos e sugeriu a remessa do requerimento ao Tribunal de Contas da União (TCU), para que haja manifestação do tribunal sobre o assunto em um prazo de 30 dias.



DECISÃO Proposta de autoria de Valmir Amaral impede que matéria fique parada na Casa revisora

Já o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pretende informações do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil ao Partido dos Trabalhadores (PT), destinados à compra de computadores para diretórios regionais do partido.

Evite as doenças sexualmente transmissíveis

O Especial Cidadania de hoje traz informações sobre as doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), que representam um dos problemas de saúde mais comuns e uma das cinco principais causas de procura por serviços de saúde, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Estimativas do

Ministério da Saúde indicam a ocorrência de cerca de 10,1 milhões de novos casos por ano. O órgão prepara o primeiro levantamento do país sobre o assunto, que será apresentado no Congresso Brasileiro em Prevenção em DST e Aids, que ocorre no Recife, entre 29 de agosto e 1º de setembro.

As DSTs são causadas por vírus, bactéria ou outro microrganismo, e transmitidas por via sexual. Segundo o epidemiologista Fábio Moherdau, do Programa Nacional de DST e Aids, as doenças mais frequentes são: tricomoníase, clamídia, gonorréia, sífilis, HPV e herpes genital. Além de causarem

sérios problemas à saúde e provocarem desde infertilidade até morte, as doenças sexualmente transmissíveis aumentam em 18% a chance de contrair o HIV, vírus causador da Aids.

A única forma de diminuir os riscos de contágio das DSTs é o uso de preservativos – masculinos ou femininos –, que são

distribuídos pela rede pública de saúde. O tratamento para as doenças citadas, inclusive a Aids, também pode ser feito gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Saiba como evitar e tratar as DSTs e conheça os projetos em tramitação sobre o assunto no Congresso nesta edição.

Parlamentares querem ampliar medidas educativas

Senadores e deputados apresentaram várias propostas para melhorar os programas de prevenção das DSTs e as políticas públicas de combate às doenças. A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) é autora do PLS 8/02, que torna obrigatória a distribuição de folhetos educativos sobre DSTs e o fornecimento gratuito de preser-

vativos em motéis e similares. Do então deputado e atual senador Magno Malta (PL-ES) é o PL 434/99, que prevê medidas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e combate ao uso de drogas, entorpecentes e psicotrópicas nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus e nos cursos de formação de professores.

O PL 428/99, do então deputado Vicente Caropreso, vincula a propaganda de produtos e serviços focados no sexo à exibição de mensagens educativas de interesse da saúde pública. Já o deputado Lincoln Portela (PL-MG), autor do PL 906/03, sugere a criação da Semana de Orientação sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis,

para fortalecer as campanhas nacionais. E o PL 3.995/97, do então deputado Enio Bacci (PDT-RS), obriga a inclusão de disciplina sobre sexualidade e doenças transmitidas por via sexual no currículo da escola fundamental, como forma de contribuir para a conscientização dos alunos e esclarecer sobre medidas preventivas.

Uso de preservativos pode reduzir o risco de contágio

As DSTs são doenças infecciosas adquiridas por contato sexual, seja ele oral, anal ou vaginal. As mais comuns são sífilis, gonorréia, HIV (Aids), HPV, hepatite B, herpes genital, uretrites não-gonocócicas, linfogranuloma venéreo, entre outras. Algumas, como a sífilis e a hepatite B, podem ser transmitidas pelo sangue infectado e pela mulher grávida infectada, que pode passar a doença ao filho durante a gestação, parto ou pela amamentação.

CONSEQUÊNCIAS

Uma DST não curada ou tratada inadequadamente pode trazer sérios danos à saúde, como infertilidade, disfunções sexuais, esterilidade, aborto, nascimento de bebês prematuros com problemas de saúde, deficiência física ou mental, alguns tipos de câncer e até a morte. Além disso, aumentam em até 18 vezes a possibilidade de a pessoa contrair o HIV, vírus causador da Aids.

SINAIS E SINTOMAS

Em muitos casos, os sintomas e sinais são difíceis de ser reconhecidos, e somente após danos graves os pacientes tomam alguma providência. Isso acontece principalmente com mulheres. Quando os sintomas aparecem, vêm em forma de

feridas (úlceras ou bolhas) nos órgãos genitais ou em outras partes do corpo e nem sempre doem. Pode ocorrer corrimento, tanto no homem como na mulher, com ou sem cor e cheiro. Nas mulheres, quando o corrimento é pouco, só é visto em exames ginecológicos.

Há ainda registros de dor ao urinar ou durante a relação sexual, além de verrugas, com formato semelhante a uma couve-flor, quando a doença está em estágio avançado. Em geral não dói, mas podem ocorrer irritação ou coceiras.

Em alguns casos, pode ocorrer dor e mal-estar embaixo do umbigo, na parte baixa da barriga, ao urinar e ao evacuar.

TRATAMENTO

Todas as doenças são tratáveis, mas nem todas têm cura, como é o caso de HIV. O tratamento pode ser feito pelo Sistema Único de Saúde. Não aceite indicações ou receitas de vizinhos, parentes ou funcionários de farmácias. Faça apenas o tratamento indicado por um médico. Nunca interrompa o tratamento, ainda que não haja mais sinal da doença. Evite as relações sexuais durante esse período, mesmo com o uso de preservativo. Para todos os casos de DST, é muito importante que o parceiro(a) sexual também seja tratado.

PREVENÇÃO

Só com o uso de preservativos femininos ou masculinos é possível diminuir os casos de contágio. Pesquisas demonstram

que o risco de contrair uma doença sexualmente transmissível é muito maior nas pessoas que trocam frequentemente de parceiros(as) sexuais e que não usam camisinha (masculina ou feminina) em todas as relações sexuais.

As mulheres que pretendem engravidar ou que estão grávidas devem fazer exames de detecção dessas doenças. Recomenda-se a realização do teste de HIV quando qualquer DST é diagnosticada.

VACINA

A hepatite B é o único agente de doença sexualmente transmissível para o qual existe vacina eficaz atualmente.



Informações úteis

Ministério da Saúde

Esplanada dos Ministérios, Bl. G 70058-900 – Brasília (DF)

Disque Saúde: 0800 61-1997
www.saude.gov.br

Programa Nacional de DST e Aids

SEPN 511, Bloco C 70.750-543 – Brasília (DF)
Tel.: (61) 448-8000
www.aids.gov.br

Fundação Oswaldo Cruz

Av. Brasil, 4365, Manguinhos 21.045-900 – Rio de Janeiro (RJ)
Tel.: (21) 2598-4242
www.fiocruz.org.br

Organização Mundial da Saúde (OMS)

Tel.: (61) 312-6565
www.who.int

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)

Tel.: (61) 426-9595
www.opas.org.br

Centro de Prevenção e Controle de Doenças (CDC)

Tel.: (404) 639-3311
www.cdc.gov

Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH)

Tel.: (51) 3328-3735
www.sbrash.org.br

Sociedade Brasileira de Doenças Sexualmente Transmissíveis

www.dstbrasil.org.br

Sociedade Brasileira de Urologia

www.sbu.org.br

Biblioteca Virtual em Saúde (Bireme)

Tel.: (11) 5576-9800
www.bireme.br

Centro de Estudos em Aids/ DST do RS

Tel.: (51) 333-30324
www.ceargs.org.br

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Setor de DST
Tel.: (21) 2629-2494
www.uff.br/dst/

Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro

www.saude.rj.gov.br/

Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (Gapa)

www.gapadf.org.br

Vivendo a Adolescência

www.adolescencia.org.br